



Índice

- 01** Contratos de mais seis órgãos de saúde indígena estão sob suspeita
- 02** Faculdade de Educação forma segunda turma de educadores indígenas em Matemática
- 03** Indígenas de Rondônia podem concorrer a vagas reservadas e bolsas de estudos em faculdade
- 04** Questão Indígena
- 05** Força-tarefa vistoria comércio em áreas indígenas de Dourados
- 06** JF proíbe suspensão de processos administrativos que requeriam mineração em terra indígena e conferia preferências ilegais
- 07** Ministério da Saúde vai retomar repasse de verba destinada à saúde dos índios de José Boiteux.
- 08** Cerca de 150 indígenas invadem fazenda em Amambai
- 09** Exposição retrata diversidade dos povos indígenas brasileiros
- 10** Escola da aldeia indígena de Caarapó realiza a X Semana de Leitura
- 11** Questão indígena e saúde ganham destaque em bloco de perguntas entre candidatos
- 12** PF caça corruptos que desviaram dinheiro da saúde dos índios



- 13** Todo apoio à luta do povo GUARANI-KAIOWÁ
- 14** Conselho de Caciques de Santa Catarina recusa criação do INSI
- 15** Defensora denuncia expropriação de território quilombola no Brasil
- 16** Língua Guarani Mbya reconhecida como referência cultural brasileira
- 17** Seminário Mídia e Terras Indígenas (Parte 3 e 4)
- 18** Indígena Juruna tenta diálogo com governo federal, mas se opõe a Belo Monte
- 19** Relatório recomenda remover aldeias e alagar área indígena para construir usinas no Tapajós
- 20** Procuradoria veta construção de hidrelétricas em terras indígenas
- 21** Força-tarefa vistoria comércio em áreas indígenas de Dourados
- 22** Fox Sports exibe hoje (26) jogos indígenas
- 23** Pedagoga escreve história em quadrinhos contando história de Cuiabá sob ótica indígena e negra
- 24** Seminário de 21 anos da ACIR foi realizado em Cartucho – Médio Rio Negro
- 25** OAB/RO responde consulta feita por Juiz Eleitoral sobre aspectos constitucionais-eleitorais em defesa dos Povos Indígenas
- 26** Presidente da Funai deixa o cargo em meio a disputa do órgão com o Ministério da Justiça
- 27** Do Maranhão: Um manifesto ao povo brasileiro
- 28** Projeto para índios e comunidades tradicionais seleciona instituição



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

-
- 29** Boletim Mundo: Governo Dilma propõe empresa privada com financiamento privado para saúde indígena
 - 30** Grupos armados rondam famílias Kaiowá da aldeia Kurussu Ambá, indígenas temem novos ataques



Contratos de mais seis órgãos de saúde indígena estão sob suspeita

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 25.09.2014

Doze mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Brasília e outros quatro em Salvador (BA)

Agência Brasil

Responsável pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o Ministério da Saúde informou que foi a própria pasta quem pediu à Controladoria-Geral da União (CGU) que investigasse os indícios de irregularidades na contratação de empresas prestadoras de serviço. Indícios que levaram a Polícia Federal (PF) a deflagrar, na manhã desta quinta-feira (25/9), a Operação Frota. Doze mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Brasília e quatro em Salvador (BA).

Em nota enviada à Agência Brasil, o ministério explica que, em fevereiro deste ano, constatou indícios de irregularidades em contratos assinados pelo Distrito Sanitário Indígena (Dsei) da Bahia e por mais seis distritos. A pasta então solicitou à CGU que investigasse todos os contratos de alimentação, transporte aéreos e alimentação assinados pelos sete Dseis: Alagoas, Bahia, Guamá Tocantins, Interior Sul (em São José-SC), Kaiapó do Pará, Maranhão e Tocantins.

A auditoria da CGU identificou problemas em ao menos um contrato, o primeiro dos sete, assinado pelo Dsei da Bahia com uma locadora de veículos com sede em Brasília (DF), a San Marino Locação de Veículos e Transportes. De acordo com a PF e o Ministério Público Federal (MPF), que também apuram as irregularidades, a Sesai contratou a empresa por quase R\$ 13 milhões acima do valor médio de mercado cobrado à época da assinatura do contrato. Além do sobrepreço, as investigações também apontam que a locadora já recebeu R\$ 6,5 milhões além da quantia que deveria ter recebido até este momento – indicando possível superfaturamento por serviços não executados.

Ainda de acordo com a PF e o MPF, o prejuízo com o sobrepreço pode ser muito maior se for levado em conta que outros seis Dseis aderiram à ata de registro de preços definida pelo Dsei/BA ao contratar a San Marino. A ata de registro de preços é um recurso que permite dispensar a abertura de novas licitações, possibilitando o uso em outras compras que tenham o mesmo objeto. De acordo com o Artigo 8º do Decreto 3.931/2001, "a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem".

De posse da ata de registro de preços, a San Marino assinou contratos de prestação de serviços com os outros seis Dseis. Os vícios de processos do primeiro contrato, assinado na Bahia, e

CONT.



suspeita de irregularidade colocou os demais acordos sob suspeição. Segundo a assessoria do Ministério da Saúde, eles também estão sendo auditados, mas ainda não é possível determinar se contém ou não irregularidades.

No mês passado, depois que recebeu o relatório em que a CGU aponta superfaturamento e irregularidades na licitação e contratação dos veículos com motoristas pelo Dsei Bahia, o ministério instaurou sindicância administrativa para apurar a atuação dos servidores da pasta e de outros envolvidos na licitação.

De acordo com a PF e com o MPF, servidores e empresários que participaram do processo de escolha da empresa que prestaria o serviço frustraram o caráter competitivo do procedimento licitatório, fraudando a licitação. Os investigados também são suspeitos de formação de quadrilha. Uma ação civil pública sobre os desvios havia sido instaurada desde julho na 14ª Vara do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A própria CGU, em seu relatório, aponta indícios que podem comprovar ação criminosa. Poucas locadoras de veículos, todas com sede em Brasília, e pertencentes a uma mesma família, participaram da licitação que escolheu a empresa, mesmo esta tendo apresentado preços muito superiores aos de mercado.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Faculdade de Educação forma segunda turma de educadores indígenas em Matemática

SÍTIO JORNAL BRASIL, 25.09.2014

Nesta sexta-feira, 26, a Faculdade de Educação celebra a formatura da segunda turma de educadores indígenas na área de matemática. Dos 31 alunos, nove são da etnia Pataxó e 22 da etnia Xakriabá.

As festividades começam às 9h com a realização de ritual dos alunos, no gramado da Reitoria, no campus Pampulha. A cerimônia oficial terá início às 10h no auditório do mesmo prédio.

Criado em 2006, o curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas foi pensado para incluir esses atores na Universidade de modo a respeitar suas tradições e origem. A trajetória acadêmica é dividida entre disciplinas presenciais na UFMG e atividades desenvolvidas na comunidade do aluno.

O objetivo da alternância de espaços é garantir uma formação que integre o saber acadêmico com o tradicional, formando profissionais capacitados para a escolarização básica de crianças, jovens e adultos e que contribuam para a melhoria da educação de suas comunidades.

Fonte: UFMG



Indígenas de Rondônia podem concorrer a vagas reservadas e bolsas de estudos em faculdade

SÍTIO RONDÔNIA VIP, 25.09.2014

Após termo de cooperação firmado com o MPF, faculdade São Lucas oferece bolsas integrais a indígenas. As inscrições já estão abertas para os cursos que se iniciam em 2015.

As inscrições para o 1º processo seletivo de 2015 da faculdade São Lucas iniciaram-se em 1º de setembro e seguem até 10 de outubro. Entre as vagas oferecidas estão cinco reservadas a indígenas, com bolsas integrais, e os interessados podem se inscrever pelo site www.saolucas.edu.br/vestibular ou na sede da Faculdade São Lucas das 8h às 19h30. Os candidatos indígenas pertencentes a etnias de Rondônia não precisam pagar a taxa de inscrição do vestibular.

Nesse vestibular, a faculdade oferece os cursos de Fonoaudiologia, Odontologia, Enfermagem (bacharelado), Biomedicina, Fisioterapia, Direito, Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado), Nutrição, Administração e Ciências Contábeis.

As vagas reservadas e o incentivo por meio de bolsas integrais fazem parte de um termo de cooperação entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Faculdade São Lucas, no qual a faculdade se comprometeu a oferecer, a cada ano, cinco bolsas integrais a indígenas, até o total de 25 vagas.

Neste ano, já foram oferecidas as cinco primeiras vagas e agora mais cinco vagas são oferecidas no novo processo seletivo para os cursos que se iniciam em 2015.

Para conseguir uma das cinco vagas, os indígenas precisam fazer o vestibular e os candidatos deverão atingir o índice de aprovação estipulado no edital do processo seletivo. A diferença, nesse processo seletivo, é que a concorrência ocorre somente entre indígenas.

Na seleção, os candidatos com notas mais altas em cada curso conseguirão a vaga até o limite de cinco cursos. Se não forem preenchidos os cinco cursos, abre-se a possibilidade do candidato com a segunda melhor nota conseguir a vaga. Mais detalhes no edital: <http://goo.gl/ad4z7v>

O procurador da República Leonardo Sampaio ressalta a importância de que os indígenas tenham acesso à educação superior para que possam contribuir cada vez mais com suas comunidades e, por isso, o acordo entre o MPF e a faculdade é uma importante iniciativa na busca por melhorias nas condições de vida dos povos indígenas.

Fonte:MPF/RO



Questão Indígena

SÍTIO RÁDIO SANANDUVA, 25.09.2014

A Justiça Federal de Erechim (RS) negou pedido para determinar prazo para conclusão do processo de demarcação da terra indígena Passo Grande do Rio Forquilha, localizada nos municípios de Cacique Doble e Sananduva (RS). A sentença foi publicada ontem (24/9).

O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ação contra a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) alegando inércia das rés, pois o local já havia sido declarado pelo Ministério da Justiça como sendo de ocupação tradicional do povo Kaingang. O autor pretendia que a demarcação física da área ocorresse em 30 dias, e o levantamento fundiário, em 90.

A União contestou argumentando que o processo administrativo seria de grande complexidade, destacando a necessidade de cautela no estudo e efetivação das ações a serem tomadas para sua conclusão. Já a Funai defendeu a impossibilidade de judicialização da discussão, pois, em seu entendimento, decisões acerca da política indigenista deveriam estar reservadas à Administração Pública.

Ao analisar o caso, o juiz Luiz Carlos Cervi, da 1ª Vara Federal, optou pela prudência ao observar que pairam dúvidas sobre a legalidade do ato administrativo que declarou o território como de ocupação tradicional indígena.

O magistrado assegurou ainda que o processo demarcatório em questão exige considerável quantidade de tempo, recursos diversos e esclarecimentos para atingir o seu objetivo.

Cervi pontuou também que a imposição de prazos exíguos pode fomentar o clima de tensão na região. Segundo ele, "as famílias de agricultores que atualmente ocupam a área, com títulos que consideram legítimos, já demonstraram que não possuem a intenção (ou mesmo condições financeiras) para abandonar suas terras da noite para o dia".

O juiz julgou a ação improcedente. Cabe recurso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Fonte: Rádio Poatã



Força-tarefa vistoria comércio em áreas indígenas de Dourados

SÍTIO DOURADOS AGORA, 25.09.2014

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul, com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), Força Nacional, Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros, realizou diligência na Reserva Indígena de Dourados para averiguar a existência de práticas comerciais abusivas nas aldeias Bororó e Jaguapiru.

Na vistoria, 27 notificações foram expedidas e os comerciantes alertados de possíveis irregularidades, especialmente quanto à venda produtos vencidos, com preços exorbitantes e mediante a retenção de cartões de benefícios sociais dos indígenas.

A força-tarefa é a etapa final de uma série de palestras que ocorreram nas aldeias com a participação do Sebrae e da Vigilância Sanitária. A medida, considerada "educativa" pelo MPF, objetivou promover a regularização dos estabelecimentos comerciais e alertar os trabalhadores sobre as penas aplicáveis em caso de irregularidades.

"Em 45 dias iremos realizar nova fiscalização nas aldeias. O comerciante que não se adequar à lei pode responder civil e criminalmente pelo abuso", destacou o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida.

Equipes vistoriam estabelecimentos comerciais da RI de Dourados nessa terça (23). Foto: Força Nacional
Equipes vistoriam estabelecimentos comerciais da RI de Dourados nessa terça (23). Foto: Força Nacional
Orientações

Na visita realizada nas aldeias, o MPF entregou recomendação aos donos dos estabelecimentos comerciais. No documento, a instituição orienta os trabalhadores a não apreenderem cartões magnéticos ou qualquer outro documento pessoal dos indígenas e a cumprirem o Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à vedação à prática de preços abusivos e à venda de mercadorias em condições impróprias para o consumo.

Os comerciantes foram lembrados, ainda, de respeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.
Outras vistorias

Essa não é a primeira vez que o MPF fiscaliza estabelecimentos comerciais próximos a áreas indígenas. Só na Polícia Federal de Dourados, cinco inquéritos policiais investigam a retenção de cartões pessoais dos índios como garantia de pagamento.

Em novembro de 2013, força-tarefa vistoriou o comércio nos arredores das aldeias Bororó, Jaguapiru e Panambizinho. Foram apreendidos quilos de alimentos inadequados para consumo – o que resultou na autuação dos comerciantes irregulares. Na época, também foi realizada análise de preço e quantidade dos produtos ofertados aos índios e dos alvarás dos estabelecimentos.



JF proíbe suspensão de processos administrativos que requeriam mineração em terra indígena e conferia preferências ilegais

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 25.09.2014

O Ministério Público Federal ajuizou a presente ação civil pública, com pedido liminar, contra a União e o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, requerendo, ao final do processo:

- i) a condenação do último réu na obrigação de não fazer consistente em proibir o deferimento dos requerimentos de autorização de pesquisa mineral, permissão de lavra garimpeira e concessão de lavra mineral em terras indígenas no território nacional, atualmente em trâmite;
- ii) a cominação de ordem para o DNPM indeferir requerimentos em trâmite;
- iii) condenação do DNPM na obrigação de indeferir de plano futuros requerimentos;
- iv) a declaração de nulidade de todas as autorizações de pesquisa mineral concedidas em terras indígenas no território nacional;
- v) declarar nulas todas as portarias de concessão de lavra mineral autorizadas em terras indígenas, em todo território nacional.

Em breve síntese, a Procuradoria da República narra que não há ainda disciplina legal quanto à possibilidade do exercício da atividade de mineração em terra indígena. Assim, nos termos do art. 231, §6º, da Constituição Federal, seriam atualmente nulas as autorizações concedidas para exploração em tais localidades. Assevera ainda que o DNPM tem suspenso ilegalmente os processos administrativos, furtando-se ao dever de decidi-los, o que estaria indevidamente resguardando direitos de preferência que não existem.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Ministério da Saúde vai retomar repasse de verba destinada à saúde dos índios de José Boiteux.

SÍTIO RÁDIO 107.9 FM, 25.09.2014

O conselheiro técnico da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Lucivan Corrêa Bernardo, do Ministério da Saúde, esteve em José Boiteux na semana passada. Ele participou de uma reunião com caciques e representantes da Secretaria Municipal da Saúde, para definir a retomada do repasse dos recursos destinados ao custeio de custear exames laboratoriais e procedimentos de média e alta complexidade para a população indígena.

Ficou decidido que, após um ano e nove meses de suspensão, o dinheiro será novamente depositado em uma conta da secretaria a partir de outubro. O valor, que antes era de R\$ 7 mil, vai passar para R\$ 12 mil mensais. A utilização será fiscalizada pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena.



Cerca de 150 indígenas invadem fazenda em Amambai

SÍTIO PORTAL DO CONE SUL, 25.09.2014

Segundo o proprietário, a situação atrapalha o plantio de 1,5 mil hectares de soja

Aproximadamente 150 índios da etnia guarani-kaiová invadiram na noite de terça-feira (23) a fazenda Barra Bonita, no município de Amambai (MS). De acordo com o proprietário, Roberto Ramos, eles estão armados com arcos, flechas, mas também com revólveres e espingardas. Eles ocuparam a sede da fazenda, depois de uma decisão favorável ao dono.

Roberto disse que irá acionar o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e a Polícia Federal. Três funcionários da fazenda chegaram a ficar reféns dos indígenas, mas foram libertados ainda durante a noite. Por causa da invasão, Roberto afirmou que não poderá começar o plantio da soja, que tinha planejado para esta quarta-feira.

Segundo proprietário, a situação atrapalha o plantio de 1,5 mil hectares na região. A fazenda tem 300 hectares, mas segundo Roberto, os vizinhos também estão sendo prejudicados.



Exposição retrata diversidade dos povos indígenas brasileiros

SÍTIO PUC NOTÍCIAS, 25.09.2014

Artefatos e imagens da vida de 70 etnias indígenas brasileiros compõem a nova exposição do Centro Cultural Jesco Puttkamer, Diferentes e iguais: diversidade dos povos indígenas no Brasil, que está aberta ao público e recebeu, na manhã desta quinta-feira, 25, a visita da Reitoria e de gestores da PUC Goiás. A mostra interativa é composta por diferentes ambientes e inclui a réplica de uma casa de caça indígena e apresentação de uma coleção de bonecas Karajás, consideradas patrimônio do Brasil. A exposição delineia o que há de singular na cultura de diferentes povos, a partir dos vestígios arqueológicos que fazem parte do acervo do centro.

A mostra, preparada nos últimos cinco meses e financiada com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), deve ficar aberta ao público até 2016. Segundo a professora Sibeli Viana, diretora do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC Goiás, a exposição possibilita mostrar a diversidade da cultura indígena e atende todas as faixas etárias. "Da criança ao idoso, cada um poderá experimentar as diferentes vivências oferecidas no museu", afirma ela.

Entre as experiências estão um jogo de videogame e um álbum virtual, criado pelos alunos de Ciências da Computação da PUC Goiás, Daniel dos Santos Filho e Natan Guilherme, que permitem a interatividade com o público. Os visitantes também podem ouvir gravações originais de cantos indígenas durante a visita e participar, no final de cada visita, de oficinas ludopedagógicas, como a de arte rupestre e a de escavação arqueológica.

A exposição inclui apresentação de vídeo com tradução em libras e terá ainda legendas em braile até a abertura oficial. O objetivo é atender o público de forma abrangente e possibilitar diferentes experiências durante a visita.

O reitor Wolmir Amado, que prestigiou a visita à exposição, reafirmou a importância do Centro Cultural Jesco Puttkamer para a visão educacional da PUC Goiás, que estimula o respeito pela diversidade e pela identidade brasileira. "Somos todos humanos, de diferentes origens e biografias, e esta exposição faz um esforço educativo de mostrar parte desta história. É uma exposição muito bonita e que contribui para a história", afirmou ele.

O lançamento oficial da exposição será no dia 28 de outubro, durante a programação da Semana de Ciência e Tecnologia da universidade. Mas a exibição já pode ser conferida de segunda à sexta-feira, das 8h às 18 horas, com agendamento prévio. O Centro Cultural Jesco Puttkamer integra o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC Goiás.



Escola da aldeia indígena de Caarapó realiza a X Semana de Leitura

SÍTIO A GAZETA NEWS, 25.09.2014

Com o objetivo de despertar, incentivar e promover a leitura no âmbito escolar, para melhorar a qualidade de ensino aprendizagem e o desenvolvimento social e cultural, a Escola Municipal Indígena Nandejara Polo e suas extensões desenvolveu no período de 1 a 5 deste mês o Projeto de Leitura "Lendo e Escrevendo a Realidade" - X Semana de Leitura.

De acordo com a coordenadora Ana Aparecida Pires, durante a Semana de Leitura, os alunos praticaram a leitura de diversos gêneros textuais, participaram de roda de conversa, interpretaram o que leram, produziram textos, desenvolveram brincadeiras e dinâmicas, momentos de contação de histórias por professores, além da colaboração do rezador Lídio Sanches.

O encerramento da X Semana de Leitura acontece no período de 9 a 12 deste mês com várias apresentações de teatros, músicas, leituras de poesias e textos na Língua Materna Guarani e Língua Portuguesa, danças indígenas e não indígenas e contação de histórias, orientados pelos seus professores.

Na Extensão Saverá os estudantes e professores fizeram várias apresentações, como paródia de música em Língua Guarani. Um programa de televisão com várias atrações, inclusive telejornal, danças indígenas e gaúchas.

Na Extensão Mbokaja os estudantes cantaram e fizeram coreografias, realizaram leituras, apresentaram cartazes da cadeia alimentar relacionado a realidade da aldeia.

Na Escola Nandejara Polo teve apresentações de músicas, leituras em Língua Guarani e Língua Portuguesa, danças indígenas guachire e sambo, danças não indígenas com coreografia, rock in roll dos anos 70 e teatros sobre Meio Ambiente, A Lenda da Mandioca, Comportamento Humano.

Na Extensão Loide Bonfim Andrade os estudantes apresentaram teatro sobre os cuidados da floresta, reza 'Ñembo' e, música, acróstico e outros.

As apresentações foram prestigiadas pela Secretária de Educação Ieda Maria Marran, a coordenadora da Educação Básica, Iracilda Moreira Lomba, a técnica da Secretaria de Educação Anari Felipe Nantes, o chefe de Departamento de Esporte e Lazer, Paulo Roberto de Souza e a nutricionista Andreia Crudo, além dos grupos de Projovem do CRAS indígena e os educadores. (Com informações de Ana Aparecida Pires)

Fonte: Caarapó News



Questão indígena e saúde ganham destaque em bloco de perguntas entre candidatos
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 25.09.2014

A questão indígena, principalmente as demarcações e situação das aldeias, e a saúde pública de Dourados, com fortes críticas ao governo federal, ocuparam a maior parte do bloco em que os candidatos ao governo de Mato Grosso do Sul fazem perguntas entre si no debate realizado nesta quinta-feira no auditório da reitoria da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados).

O candidato do PSDB Reinaldo Azambuja afirmou que o PT está no governo federal há 12 anos e não conseguiu fazer nenhuma demarcação de terras indígenas. "As aldeias estão abandonadas pelo governo do Estado e o governo federal enquanto na região sul e de fronteira existe risco de um conflito armado entre produtores rurais e índios. Algumas ampliações de aldeias são necessárias, mas que se compre e indenize a terra nua", afirmou.

O candidato do PSOL Sidney Melo afirmou que falta vontade dos governos em atender a comunidade indígena e informou que dos R\$ 27 milhões liberados para atendimento de saúde e saneamento nas aldeias apenas R\$ 300 mil foram utilizados e o restante devolvido.

Reinaldo Azambuja também criticou a falta de investimentos em saúde e disse que a região de Dourados sofre com o tratamento desigual dado pelo governo do Estado, que destina R\$ 40 milhões por mês a Campo Grande e apenas R\$ 1,4 milhão para Dourados, que atende uma população de 800 mil habitantes de 33 municípios.

Professor Monge (PSTU) também falou da questão indígena e acusou o governo do PMDB de incentivar as milícias de fazendeiros a "massacrar" as comunidades indígenas. Também afirmou que faltam políticas para atender os trabalhadores sem-terra que querem produzir.



PF caça corruptos que desviaram dinheiro da saúde dos índios

SÍTIO NOTIBRAS, 25.09.2014

Agentes da Polícia Federal deflagraram uma operação para apurar a existência de fraudes em uma licitação feita na Bahia por órgão da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em 2013. Doze mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Brasília e quatro em Salvador na sede de empresas contratadas pela secretaria, que é subordinada ao Ministério da Saúde.

As autoridades investigam a suspeita de que os envolvidos no esquema frustraram o caráter competitivo do procedimento licitatório, fraudando a licitação. Os investigados também são suspeitos de formação de quadrilha. Uma ação civil pública sobre os desvios já havia sido instaurada desde julho na 14ª Vara do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

As suspeitas vieram a público a partir de denúncias anônimas divulgadas na imprensa, em março deste ano. A partir disso, o Ministério Público Federal (MPF) e o próprio Ministério da Saúde, ao qual a Sesai está subordinada, acionaram a CGU para que auditasse todo o processo licitatório e o contrato assinado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena da Bahia (Dsei/BA) com uma locadora.



Todo apoio à luta do povo GUARANI-KAIOWÁ
SÍTIO CEDEFES, 25.09.2014

A fome e a situação de extrema vulnerabilidade “vivida” por mais de 50 famílias Kaiowá ao longo das últimas décadas em um acampamento localizado próximo a cidade de Coronel Sapucaia no Mato Grosso do Sul levaram na tarde desta segunda feira, dia 22, cerca de 250 indígenas a retomarem uma pequena parte de seu território tradicional, conhecido como Kurussu Ambá. As famílias ocuparam porções de terra para poderem iniciar o plantio de seus alimentos e desta forma cessar a fome que há muito tem lhes açoitado, chegando inclusive, em inúmeras vezes, a tirar a vida de suas crianças.

Segundo relato dos indígenas, na tarde de segunda feira, um arrendatário foi até o limite da área que estabelece divisa entre a fazenda Auxiliadora e o local onde os Kaiowá estão acampados, enclausurados desde 2009 em uma diminuta área de reserva legal existente junto à fazenda. Nesta pequena faixa de mato, as mais de 50 famílias Kaiowa esperaram até a presente data pacientemente pela demarcação de seu Tekoha (território tradicional). O arrendatário então anunciou que novamente toda a área existente seria usada para o plantio por parte da fazendeira, não restando aos indígenas nenhum hectare de sua própria terra.

As famílias indígenas, de maneira absolutamente pacífica, impediram as pretensões do arrendatário e informaram que retomariam imediatamente a parte de Kurussu Ambá necessária para garantir minimamente a sobrevivência do povo Kaiowá. A partir de então os Kaiowa bloquearam as estradas que dão acesso à fazenda em protesto a situação de genocídio a que estão submetidos. Os próprios indígenas fizeram contato com representantes da Força Nacional de Segurança que integram a Operação Guarani com intensão de garantir a segurança da comunidade indígena e evitar conflito com possíveis (prováveis) pistoleiros.

Na manhã de ontem, dia 23, representantes da Funai e integrantes da Operação Guarani se deslocaram até o local dialogando primeiramente com os indígenas e posteriormente com o arrendatário, que foi encontrado nas imediações do acampamento. Os indígenas relataram a finalidade de suas ações e deixaram claro que apenas buscavam espaço para manter sua subsistência. Mediante a FUNAI e os membros da Operação Guarani ficou pactuado com ambas as partes que seria estabelecido um limite para que os indígenas pudessem plantar e que próximo a esta área não fosse utilizado veneno por parte do arrendatário. Esse acordo deveria ser mantido até que a FUNAI conseguisse uma posição oficial da esfera judicial.

Porém, no meio da tarde, longe da presença dos órgãos, o arrendatário voltou a adentrar o limite estabelecido e com um trator passou a pulverizar agrotóxico que chegou até a moradia dos indígenas. Frente a esta situação os Kaiowá expulsaram o arrendatário das imediações do acampamento, voltaram a protestar bloqueando as estradas que dão acesso a fazenda e determinaram o prazo de um dia para que o arrendatário e sua família deixem a área, garantindo que seus bens permanecerão intocados até que possam ser devidamente retirados.

CONT.



Os Kaiowá anunciam que desta vez não recuarão de sua decisão de retomar parte de sua área ancestral e que irão esperar a continuidade do processo demarcatório em condições dignas de vida, em posse daquilo que lhes pertence. Após estar estabelecida a retomada, na noite de ontem, um susto. Uma caminhonete estacionou na estrada, em frente ao acampamento dos indígenas e lá permaneceu. Os Kaiowá acreditaram em um primeiro momento que se tratava de um veículo de pistoleiros que realizavam uma vigília. Porém passando bastante tempo e constatando que não havia ninguém dentro do carro, os indígenas se aproximaram e o que encontraram foi carregamento pesado de drogas abandonado na estrada. Os indígenas temem que possa ser uma estratégia de criminalização a sua comunidade e voltaram a contatar novamente membros da Operação Guarani.

Há mais de dois anos atrás, os meios de comunicação da cidade de Amambai e da região têm registrado os estragos que a manutenção da monocultura de soja tem causado a estas famílias indígenas. Alijadas de sua terra, sofrem longos períodos de fome aguda, onde muitas vezes se alimentam apenas de farinha de mandioca e água. Além disso, são sistematicamente fatigados por doenças causadas tanto pela desnutrição quanto pela ingestão de água contaminada com fortes dosagens de agrotóxicos. O Cimi vem a quase uma década denunciando tal situação que seria facilmente evitada caso os indígenas ocupassem sua terra tradicional e tivessem acesso à água, remédios e alimentos, medidas que só dependem da vontade política do Governo Federal.

Para além das condições básicas de vida, esta situação ainda retira do povo Kaiowá a possibilidade de viver conforme seus costumes e tradicionalidade, colocando em risco a preservação de sua cultura e ferindo direitos constitucionais e sagrados deste povo. O Grupo de trabalho técnico (GT) da FUNAI foi instaurado ainda em 2008, porém, mesmo com o reconhecimento da tradicionalidade da terra indígena por parte do órgão indigenista, a demarcação não foi assegurada. A situação veio a piorar uma vez que procedimentos demarcatórios encontram-se paralisados por determinação do Governo Federal, deixando os indígenas sem expectativas de resolução pelas vias institucionais.

Os Kaiowá exigem a imediata continuação dos procedimentos demarcatórios em Kurussu Ambá por parte do Governo Federal e solicitam em caráter de urgência ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal que todas as medidas para garantir a segurança das famílias sejam tomadas, tendo em vista o amplo histórico de violência contra os povos indígenas praticados por pistoleiros sabidamente ligados às fazendas locais. Desde 2007, quando começaram as tentativas de retomada de Kurussu Ambá, mais de 03 lideranças indígenas foram assassinadas à céu aberto e muitos outros, inclusive velhos e crianças pereceram expostos a diversos tipos de violência.

Um breve histórico da situação de violência sofrida pelos Kaiowa de Kurussu Ambá:

- A terra sagrada de Kurussu Ambá trata-se de um território tradicional imemorial do povo Kaiowa e passou a ser reivindicado através de retomadas por parte dos indígenas a partir de janeiro 2007. Na ocasião os indígenas foram expulsos de seu território pela ação de pistoleiros. Diversos indígenas foram espancados e tiveram seus corpos baleados e a rezadora Xurite Lopes, uma senhora de mais de 70 anos, foi assassinada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

- No mesmo ano, obstinados por recuperar seu território, os indígenas iniciaram novo processo de retomada e novamente tiveram uma liderança assassinada por pistoleiros. Desta vez foi o indígena Ortiz Lopes que acabou perdendo a vida na tentativa de devolver aos Kaiowa seu Tekoha.
 - Em 2009, durante a terceira tentativa de retomada, com o GT da FUNAI já instaurado, Osvaldo Lopes foi também assassinado.
 - A partir deste novo ataque sofrido os indígenas voltaram a viver em acampamentos de lona ao longo das rodovias e estradas existentes entre Amambai e Coronel Sapucaia em situação completamente desumana que gerou a morte de uma grande quantidade de crianças.
 - Em novembro de 2009, os indígenas retomaram pela 4ª vez o pequeno pedaço de sua terra tradicional, ocupando uma pequena faixa de mato nos limites da reserva legal onde incide a fazenda Maria Auxiliadora. Sofreram processos de reintegração de posse porém sua permanência foi garantida por decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região-TRF3.
 - Apesar de estarem dentro dos limites do seu território os indígenas foram mantidos estes últimos anos em uma espécie de confinamento. Com a paralização dos procedimentos demarcatórios os Kaiowá ficaram alijados de sua própria terra, sobrevivendo de maneira desumana, sem sequer terem suas condições básicas de vida supridas.
- Campo Grande, 23 de setembro de 2014

Fonte: Conselho Indigenista Missionário Cimi



Conselho de Caciques de Santa Catarina recusa criação do INSI

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.09.2014

Conselho de Caciques- SC

Nós, caciques das Terras Indígenas Xapéco-SC, Chimbanguê-SC, Kondá-SC, Toldo Pinhal-SC, Toldo Imbú-SC e Araçaí-SC, vimos através do nosso Conselho de Caciques, manifestar nosso repúdio a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI).

Nossa indignação reside no fato de que, em nenhum momento fomos consultados sobre a adoção de tal medida pelo governo federal através do Ministério da Saúde, o fato de que a proposta do governo federal de criar o Instituto ter sido aprovada no Condisi Interior Sul não significa que haja a concordância das comunidades indígenas, por isso queremos a presença de alguém do Ministério da Saúde ou Sesai, para que, a luz do que reza o artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do trabalho, sejamos devidamente consultados.

Em que pese a falta de consultas aos povos indígenas, bem como os repetidos equívocos na execução da política de saúde indígena, que se quer saiu do papel após a criação da Sesai, nos indigna a criação de instâncias que burocratizam ainda mais a execução da política, deixando nossas comunidades a mercê dos caprichos e devaneios das autoridades e pretensos representantes indígenas, que a fins inconfessáveis se apressam em apoiar tal absurdo, nós membros do Conselho de Caciques não admitimos que ninguém nos represente, sejam indígenas ou organizações indígenas, sem nosso mandato expresso, muito menos decidir por nós questões relevantes do interesse de nossas comunidades.

Tal iniciativa deixa flagrante a privatização da saúde indígena afastando cada vez mais o Estado brasileiro de seu compromisso constitucional de prover política pública para as populações indígenas, dificultando ainda mais o acesso das mesmas a uma saúde de qualidade.

Mais uma vez exigimos que sejamos devidamente informados e consultados, sobre o assunto, de acordo e em observância aos instrumentos nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos dos povos indígenas.

Chapecó-SC, 02 de setembro de 2014.



Defensora denuncia expropriação de território quilombola no Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.09.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=iYVv7g0BC5g

Plataforma Dhesca

Isabela da Cruz nasceu e cresceu na Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha, no Paraná. Acompanhar a luta constante pela manutenção dos territórios, – espaços de sobrevivência física, afetiva e cultural de negros e negras – a fez compreender de pronto a lição que os/as ancestrais repassavam ao longo das gerações: ser negro e negra é nascer lutando.

Já na década de 1860, os antepassados das famílias do Paiol de Telha conquistaram acesso ao território quando cerca de 10 trabalhadores escravizados foram libertados pela então proprietária das terras, Balbina Francisca de Siqueira, e receberam o território como herança. Porém, em 1970, os quilombolas foram expulsos violentamente por colonos europeus ou descendentes, hoje associados à produção agrária voltada à exportação.

Expulsas das terras, as famílias vivem sob constante ameaça de posse do lugar onde vivem, ocupando pequena porção da área originariamente conquistada ou em localidades próximas, reagrupadas em quatro núcleos: Barranco (localizado às margens da área original, em Reserva do Iguçu), nos municípios de Pinhão e Guarapuava, e em um assentamento da reforma agrária, em Guarapuava. Para Isabela, essa não é uma realidade que se restringe à sua comunidade, mas atinge os territórios quilombolas em todo o Brasil. Diante da inércia do Estado brasileiro, as comunidades quilombolas travam árdua batalha pela sobrevivência enfrentando o envenenamento crescente das águas e o esgotamento dos recursos naturais pelo agronegócio. Além disso, por se localizarem em áreas praieiras ou em florestas tropicais remanescentes são assediadas e têm os territórios expropriados pela indústria do turismo.

Quilombo é resistência

Se no senso comum persiste o imaginário de que Quilombo é um espaço de fuga, Isabela prefere explicá-lo enquanto um território e uma estratégia de resistência. “As comunidades quilombolas tradicionais, as comunidades de terreiro, as comunidades indígenas, são comunidades que conseguem preservar um pouco de humanidade que a gente tá perdendo em outros espaços”, define Isabela.

Somos todxs Isabela!

O objetivo da campanha Somos Todxs Defensorxs é dar visibilidade a casos de criminalização de defensoras e defensores, chamando a atenção para os processos de coerção e de violação de direitos de comunidades inteiras e seus porta-vozes, procurando fortalecer a sociedade civil e politizar o debate a respeito da perseguição violenta destes grupos sociais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

A campanha é uma realização da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Intervenções e Justiça Global, com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Curta! www.facebook.com/SomosTodxsDefensorxs



Língua Guarani Mbya reconhecida como referência cultural brasileira

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.09.2014

Rafael Nakamura, CTI

Recentemente o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio do Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL) reconheceu a língua Guarani Mbya como referência cultural brasileira. A aprovação ocorreu em reunião realizada no início de setembro na sede do IPHAN. Junto com o Guarani Mbya foi reconhecida a língua Assurini do Trocará, ambas línguas indígenas do tronco Tupi, família Tupi-Guarani. Além destas, o INDL também reconheceu como referência cultural o Talian, língua falada pelos descendentes de imigrantes italianos no Brasil.

O reconhecimento das três línguas como referência cultural brasileira foi feito a partir de projetos piloto, baseados em pesquisas que levavam em conta o tamanho da população que utiliza a língua, o grau de apropriação e a plenitude de falantes, entre outras questões. "Estas foram as primeiras experiências com reconhecimento cultural linguístico, feitas a partir de projetos piloto. Foram oito projetos, dos quais três instaurou-se processos para inclusão das línguas no INDL", explica Marcus Vinicius Carvalho Garcia, servidor do IPHAN.

O projeto piloto relativo ao Guarani Mbya foi elaborado pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) de Santa Catarina. A pesquisa do IPOL seguiu a metodologia proposta pelo INDL em suas recomendações de como inventariar a língua e foi desenvolvida conjuntamente com os Guarani, a partir do contato com as lideranças das comunidades já identificadas (acesse aqui o Inventário da Língua Guarani Mbya). "No total conseguimos visitar 69 comunidades, desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, e realizar entrevistas para saber como os falantes definem a própria língua, como ocorre a transmissão através de gerações, os lugares onde a língua circula, além de toda uma pesquisa histórica das comunidades", conta Rosângela Morello, quem coordenou a pesquisa do IPOL.

Ao fim da pesquisa um livro e um DVD, resultantes do projeto, foram apresentados em um encontro em Santa Catarina que reuniu indígenas guarani de diversos estados. Os guarani aprovaram os resultados e produziram uma carta na ocasião, reforçando seu desejo de reconhecimento da língua Mbya como referência cultural brasileira (veja o Documento Final do Encontro). Para Daniel Pierri, antropólogo do Centro de Trabalho Indigenista, "o reconhecimento da língua Mbya enquanto referência cultural brasileira é importante para afastar os estigmas comumente associados ao povo guarani por seus detratores, que tratam os índios como estrangeiros em sua própria terra".

A ideia de valorizar as línguas tradicionais faladas por povos que compõem a diversidade cultural brasileira surgiu de um grande encontro em 2006, promovido pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, onde se debateu a diversidade linguística enquanto patrimônio cultural. Neste encontro foi criado o Grupo de Trabalho Diversidade Linguística, formado por representantes da sociedade civil, do Estado e pesquisadores da área.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

“Coube ao GT Diversidade Linguística conceber e propor as diretrizes que fundamentaram a criação do INDL, que foi instituído pelo Decreto 7387 de 2010”, conta Marcus Vinicius Garcia.

Entre os dias 17 e 20 de novembro próximo deverá ocorrer o Seminário Ibero-Americano de Diversidade Linguística, onde as três línguas já reconhecidas serão certificadas oficialmente em cerimônia conduzida pela Ministra da Cultura Marta Suplicy.

Patrimônio Cultural Guarani

Em parceria com o Centro de Trabalho indigenista e com a Comissão Guarani Yvyrupa, o IPHAN promove também o projeto “Pesquisadores Guarani no processo de Transmissão de Saberes e Preservação do Patrimônio Cultural Guarani” através do qual jovens guarani de diversas aldeias são formados para atuar em pesquisas que colaborem com o fortalecimento e valorização da cultura de seu povo. O projeto já foi desenvolvido nas aldeias do estado de São Paulo e resultou no material, disponível como filme e livro, “A força do Xondaro”, que mostra a importância da dança de guerra para os guarani.

O trabalho se desenvolve agora entre aldeias dos estados de Santa Catarina e do Paraná. Para desenvolver o projeto foram escolhidos 12 jovens pesquisadores que irão tratar o tema da “Mobilidade Guarani”. A escolha dos pesquisadores foi feita pelos guarani em reunião realizada na Aldeia Marangatu, no município de Imaruí (SC). Junto com o coordenador guarani, também escolhido em reunião, e uma equipe não-indígena de formação estes jovens serão responsáveis pela elaboração dos materiais de valorização de sua cultura, tendo como fonte a sabedoria dos parentes mais velhos que habitam em cada aldeia.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Seminário Mídia e Terras Indígenas (Parte 3 e 4)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.09.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=fvvGsVEPVMU

Iela ufsc

Fala de Elaine Tavares, jornalista no IELA, no Seminário promovido pela Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=V-7GP-vhum8

Fala de José Ribamar Bessa Freire, professor na Uni Rio, no seminário promovido pela Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC



Indígena Juruna tenta diálogo com governo federal, mas se opõe a Belo Monte
SÍTIO BOL, 26.09.2014

Reportagem da série "Cartas na Mesa", da Agência Pública, em que cidadãos brasileiros criticam os candidatos à Presidência da República

Estudante de Direito, Amaury Juruna confirma que os indígenas de outro tronco linguístico, como os de sua etnia, possuem um perfil mais aberto à negociação com o governo federal sobre a hidrelétrica de Belo Monte, em relação aos Munduruku e Kayapó. Ele conta que já esteve dos dois lados da moeda: participou do governo e também do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Considera que, pela posição radical contra o empreendimento, o movimento acabou não beneficiando ninguém. "Eles não apresentam uma solução", considera. "E também nunca vão às aldeias".

Mesmo assim, ele diz que não é favorável a Belo Monte, no atual contexto que define como "desorganizado". "Estão passando por cima de muita coisa", afirma. Por outro lado, considera que, antes do empreendimento, as pessoas em Altamira estavam "no meio do deserto". "Existe agora uma movimentação de resgate. O movimento social não tem solução para acabar com a estagnação da cidade".

"As promessas não foram cumpridas de forma adequada", avalia Amaury. "Não foi feito um plano. Criaram novas aldeias, 26, com índios de poucos anos de contato. A Norte Energia deu voadeiras. Mas o motor quebra, eles encostam e vendem. Se uma liderança articula um movimento contra Belo Monte, uma pessoa da Norte Energia dá valor em dinheiro para essa pessoa sair. E ali acaba o movimento. Ele é comprado a partir de uma liderança. Isso é muito comum".

Ele diz que para sair na cidade às seis da tarde, hoje em dia, é preciso usar máscara. "É uma neblina, por causa da poeira. Muita gente na cidade, muito lixo". O indígena relata que houve um protesto muito específico em decorrência da obra: o das prostitutas. "Queriam que a Norte Energia pagasse em datas alternadas", conta Amaury. "Não estavam dando conta".

Antes do carnaval, Amaury foi com mais 15 indígenas, de quatro aldeias Juruna e uma Arara, para Maranhão e Tocantins, ver como viviam os Krahô e Kanela após a construção de uma barragem em suas regiões. Foram com uma consultora de projetos, de São Paulo. E um funcionário da Funai: um motorista. "Ela não era antropóloga, não conhecia nada", relata. "Como contratam uma pessoa que nunca viu indígena numa região de conflitos?"

Ubiratan Cazetta, do Ministério Público Federal, constata que o MPF tem dúvidas em respeito ao cumprimento das condicionantes e dificuldades na fiscalização das verbas. "Em alguns momentos a liberação de recursos pode dar margem a distorções", afirma. "Comunidades indígenas foram utilizadas ou enganadas para ganhos fora da realidade. Algumas lojinhas de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Xikrin tiveram um faturamento que levaria dez anos para ser obtido. É um tema que nos preocupa. Mas hoje, com exceção de alguns casos, não temos controle".



Relatório recomenda remover aldeias e alagar área indígena para construir usinas no Tapajós

SÍTIO CIMI, 26.09.2014

O Ministério de Minas e Energia adiou, no último dia 17, o leilão da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, no Pará, alegando a necessidade de adequar estudos indígenas. Era o mínimo a ser feito, tendo em vista que, desde a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, em Presidente Figueiredo (AM), um projeto tão violento e ilegal contra os índios e, portanto, contra a sociedade brasileira, não acontecia no Brasil. Para construir a Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, no Pará, além de alagar terras indígenas, o governo cogitava remover três aldeias do povo Munduruku, contrariando o artigo 231 da Constituição Federal.

Como disse o goleiro Aranha, no caso de racismo de que foi vítima diante da torcida do Grêmio: "muita gente sofreu para que hoje isso estivesse na lei". No caso da remoção para barragens, há uma analogia. Quem sofreu para que a lei a respeito deste tema fosse criada foram, por exemplo, os Waimiri Atroari. Na época, durante o regime de exceção, a ditadura cumpriu a lei – havia uma previsão legal que permitia a remoção compulsória de povos indígenas no Estatuto do Índio (Lei 6001/73). Depois do sofrimento de muita gente, vieram os direitos constitucionais. No parágrafo quinto do artigo 231, a Constituição veta a remoção, e as únicas exceções possíveis são o caso de epidemia e catástrofe, ainda assim com referendo do Congresso Nacional. E os removidos devem retornar ao seu território em seguida.

O Ibama acabou de receber os Estudos do Componente Indígena referente à UHE São Luiz do Tapajós. O documento contraria diversos direitos indígenas.

Além de tudo, parece ser cruel e mórbido, pois tenta fazer crer que os próprios indígenas estão de acordo com o que vai acontecer com eles. Aparentemente, o estudo foi realizado sem que a antropóloga responsável sequer pisasse em uma terra indígena para avaliar os impactos, e sem a consulta aos indígenas, como prevê a legislação internacional – temas que estão sendo, inclusive, debatidos na Assembleia da ONU em Nova York, onde Dilma Rousseff discursou ontem.

Seriam afetadas as Terras Indígenas Praia do Mangue e Praia do Índio e as Áreas km 43 (Sawré Apompu), São Luiz do Tapajós (Sawré Jiaybu), Boa Fé (Sawré Maybú, Sawré Dace Watpu e Sawré Bamaybú), além de indígenas e ribeirinhos que vivem nas vilas Pimental e São Luiz do Tapajós. Escreve a antropóloga que assina o laudo que "As manifestações diretas dos Munduruku foram coletadas junto a indivíduos e lideranças da etnia que se propuseram a conversar e participar de entrevistas informais fora de suas terras e em locais sempre determinados por eles." Ou seja: o estudo antropológico do componente indígena é realizado "à distância".

Acontece que os Munduruku haviam solicitado participar "como interlocutores durante o trabalho da equipe, decisão de escolha feita pelo(s) cacique(s)", e os caciques não foram

CONT.



consultados. Os indígenas haviam pedido também que houvesse mais tempo e esclarecimentos, o que foi ignorado pela equipe de pesquisa. A Funai não participou nem acompanhou os trabalhos, o que também era uma exigência dos indígenas. As entrevistas que a antropóloga diz ter feito foram realizadas na cidade de Itaituba (PA), sem os devidos esclarecimentos, antes da reunião de apresentação da equipe e, obviamente, sem a decisão de escolha pelo cacique. Alguns indígenas disseram ter entendido que as antropólogas estavam trabalhando para a Funai, pela forma como elas explicaram sobre o trabalho que estavam fazendo.

Para piorar, os Munduruku temiam que aldeias seriam alagadas e removidas, conforme dizia um boato que circulava na região, mas não puderam participar das discussões sobre o projeto.

Os fatos mais agressivos contra os povos indígenas contidos no estudo são os seguintes:

O reservatório se estabelecerá com o nível médio de água na cota 50 m, o que implica que as três aldeias relacionadas à Boa Fé (Dace Watpu, Sawré Maybú e Karu Bamaybú) serão afetadas diretamente, cabendo, portanto, ações de relocação das mesmas. Essa passagem está na página 229. As aldeias ficarão literalmente debaixo d'água

Se São Luiz for construída, os Munduruku ainda vão perder áreas de cultura (roças, açaizais, etc.), terão alterados os locais para pesca, vão perder recursos alimentares, terão alterados locais de caça, locais de coleta de produtos vegetais e das espécies de pescado. Não serão poucas mudanças nas suas vidas que eles terão que enfrentar.

Os estudos do componente indígena foram protocolados no Ibama no dia 11 de setembro, feitos pela empresa Cnec Worleyparsons Engenharia S/A, e coordenados pela antropóloga Marlinda Melo Patrício. Dois biólogos também integram a equipe, contra a vontade dos indígenas, que apresentaram restrições ao trabalho de biólogos dentro da área.

Recentemente, a Sociedade Brasileira de Arqueologia se posicionou de forma contrária ao licenciamento do projeto e cobrou uma postura ética de pesquisadores para o empreendimento.

A Terra Indígena Sawré Muybu, que será impactada, onde estão aldeias que terão de ser removidas, ainda não foi demarcada pela Funai, que senta em cima do processo há anos, numa velocidade evidentemente oposta à da realização dos "estudos" para a construção das usinas. O Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal de Itaituba contra a Funai e a União Federal pela demora na demarcação desta terra, uma de ocupação tradicional do povo indígena Munduruku, localizada nos municípios de Trairão e Itaituba/PA, no médio curso do rio Tapajós. O procedimento se arrasta há 13 anos e foi paralisado inexplicavelmente ano passado, quando quase todos os trâmites administrativos já estavam concluídos.

O Ibama enviou o Estudo do Componente Indígena para a Funai, e é difícil que os técnicos responsáveis pelo licenciamento deixem passar essas ilegalidades nas análises. Politicamente, no entanto, pode ser que a Funai repita o mesmo erro histórico que cometeu em Belo Monte:

CONT.



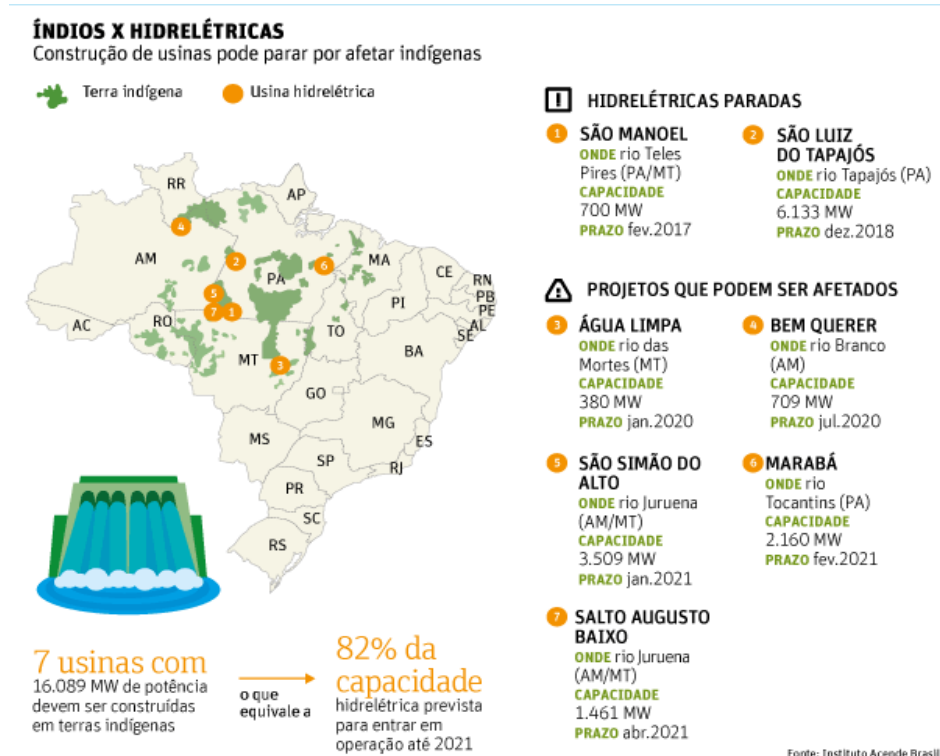
Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

desconsiderar a opinião técnica de seus funcionários para autorizar obra de interesse do governo, mesmo que seja contrária aos direitos indígenas. Esses funcionários da Funai, e que portanto trabalham para o Estado (e não para um governo), e são comprometidos com a defesa dos direitos constitucionais das sociedades indígenas, devem ter em mente que esta luta pelo direito é uma luta em defesa de toda a sociedade.

Procuradoria veta construção de hidrelétricas em terras indígenas

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 26.09.2014



A construção de usinas hidrelétricas no Centro-Oeste e no Norte está ameaçada devido ao empenho do Ministério Público Federal em defender comunidades indígenas que habitam a região.

Ao menos cinco empreendimentos, sendo que dois deles são de grande porte, estão parados por causa de liminares obtidas pelo MPF que barram as obras das usinas.

O argumento do MPF é que as comunidades indígenas e tradicionais (tribos que não são classificadas como indígenas) não estão sendo ouvidas apropriadamente durante os processos de licenciamento ambiental.

As licenças ambientais são emitidas pelo Ibama, com a anuência da Funai.

No Pará, são duas grandes hidrelétricas paradas: São Manoel, no rio Teles Pires, e São Luiz, no rio Tapajós.

CONT.



Depois de prontas, as duas usinas, juntas, teriam capacidade de geração próxima às do complexo do rio Madeira (RO), Santo Antônio e Jirau.

No Mato Grosso do Sul, três pequenas centrais hidrelétricas, todas na bacia do rio Amambaí, estão embargadas.

Luís de Camões Boaventura, procurador que barrou as obras no Pará, diz que os índios estão sendo ouvidos por mera formalidade e que as informações prestadas são não levadas em consideração nos processos de licenciamento.

"Esses procedimentos seguem decisões políticas. Não há uma consulta livre, informada previamente, como parte de um estudo de viabilidade", afirma.

A participação dos índios nos processos de licenciamento é prevista pela Constituição Federal e pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

O ruído acontece porque essa consulta não é regulamentada. "Existe um solo fértil para interpretações, que não interessa nem aos empreendimentos, nem aos índios", diz Cláudio Sales, do Instituto Acende Brasil.

Segundo levantamento feito pelo instituto, existem sete projetos hidrelétricos a serem feitos no Brasil até 2021 –cerca de 82% da geração hidrelétrica prevista para entrar em operação– que interferem em terras consideradas tradicionalmente indígenas.

O embate deve ter reflexo no Congresso Nacional.

A proposta de emenda à Constituição 215/00, chamada de PEC do Índio, pode dar mais poder às comunidades.

Caso o projeto passe no Legislativo, a demarcação de terras indígenas passará a ser feita pelo Senado Federal. O intuito é agilizar o processo, que hoje depende do Ministério da Justiça.

O temor das empreiteiras é que, em terras demarcadas, as comunidades indígenas podem vetar a construção de usinas na região.

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da PEC, diz que sua proposta será apresentada em outubro às comissões da Câmara e do Senado, mas que a votação só deve acontecer em 2015.



Força-tarefa vistoria comércio em áreas indígenas de Dourados

SÍTIO REPÓRTER MS, 26.08.2014

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul, com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), Força Nacional, Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros, realizou na terça-feira (23) diligência na Reserva Indígena de Dourados para averiguar a existência de práticas comerciais abusivas nas aldeias Bororó e Jaguapiru.

Na vistoria, 27 notificações foram expedidas e os comerciantes alertados de possíveis irregularidades, especialmente quanto à venda produtos vencidos, com preços exorbitantes e mediante a retenção de cartões de benefícios sociais dos indígenas.

A força-tarefa é a etapa final de uma série de palestras que ocorreram nas aldeias com a participação do Sebrae e da Vigilância Sanitária. A medida, considerada "educativa" pelo MPF, objetivou promover a regularização dos estabelecimentos comerciais e alertar os trabalhadores sobre as penas aplicáveis em caso de irregularidades.

"Em 45 dias iremos realizar nova fiscalização nas aldeias. O comerciante que não se adequar à lei pode responder civil e criminalmente pelo abuso", destacou o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida.

Orientações

Na visita realizada nas aldeias, o MPF entregou recomendação aos donos dos estabelecimentos comerciais. No documento, a instituição orienta os trabalhadores a não apreenderem cartões magnéticos ou qualquer outro documento pessoal dos indígenas e a cumprirem o Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à vedação à prática de preços abusivos e à venda de mercadorias em condições impróprias para o consumo.

Os comerciantes foram lembrados, ainda, de respeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

Outras vistorias

Essa não é a primeira vez que o MPF fiscaliza estabelecimentos comerciais próximos a áreas indígenas. Só na Polícia Federal de Dourados, cinco inquéritos policiais investigam a retenção de cartões pessoais dos índios como garantia de pagamento.

Em novembro de 2013, força-tarefa vistoriou o comércio nos arredores das aldeias Bororó, Jaguapiru e Panambizinho. Foram apreendidos quilos de alimentos inadequados para consumo – o que resultou na autuação dos comerciantes irregulares. Na época, também foi realizada análise de preço e quantidade dos produtos ofertados aos índios e dos alvarás dos estabelecimentos.



Fox Sports exibe hoje (26) jogos indígenas

SÍTIO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 26.09.2014

Canal terá um programa especial com cobertura da quarta edição dos Jogos Tradicionais Indígenas do Pará

Hoje, 26 de setembro, às 22h, a Fox Sports exibirá jogos tradicionais indígenas no Brasil. Apresentado pelo repórter Ricardo Lay, Visão Fox Jogos Indígenas mostrará os melhores momentos dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará.

O evento, realizado entre 4 e 10 de setembro, contou com 600 atletas de tribos indígenas tupiniquins de 15 etnias, na cidade de Marapanim, no Pará. Os jogos tiveram 14 modalidades, sendo nove femininas e cinco masculinas.

Entre as modalidades disputadas há algumas conhecidas do grande público, como corrida, canoagem, futebol e natação, mas também é possível assistir a competições típicas, como Rõnkran, parecido com o hóquei na grama, Kaipy, tiros com flechas, e Akô, semelhante ao revezamento de 4x4000 praticado no atletismo.

O programa também contextualiza o telespectador no mundo indígena, falando sobre a cultura e mostrando aspectos do dia a dia da população, como a interação entre as tribos por meio de celulares com internet.

Pedagoga escreve história em quadrinhos contando história de Cuiabá sob ótica indígena e negra

SÍTIO OLHAR DIRETO, 26.09.2014



A professora Jacy Proença encontrou uma maneira divertida de falar sobre a história de Cuiabá englobando estudos sobre povos indígenas e negros, discussões sobre gêneros e trabalho infantil. Tudo isso foi contado em uma história em quadrinhos.

Leia mais: Rota do sertanejo: Veja o que fazer na cidade onde acontece a maior Festa do Peão nas outras épocas do ano

"Conhecendo Cuiabá: Pontos e fatos históricos na ótica da população negra e indígena" é um trabalho que mostra uma professora dando aula para diversos alunos, um de cada grupo étnico, e visitando pontos importantes da capital mato-grossense. A diferença é que, ao contrário do que se aprende na escolar tradicional, esse livro traz a história sob a visão das pessoas que construíram a cidade, ou seja, os negros e índios.

"Além disso eu falo sobre a igualdade de gênero, porque mostro a participação da mulher na história, e também introduzo uma discussão sobre trabalho infantil", conta Jacy. O debate sobre a erradicação do trabalho infantil começa quando a professora leva os alunos para a

CONT.



Praça da Mandioca, e um deles comenta que gostaria de trabalhar ali. A professora, então, explica para ele a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente de forma didática e prática.

“Outra reflexão importante é feita a partir da estátua dos bandeirantes, quando os alunos começam a se perguntar porque – se foram os índios e negros que construíram a cidade - a imagem do colonizador está em evidência. As crianças terminam falando que todos deveriam estar lado a lado na estátua.

A ideia de fazer um livro de história em quadrinhos veio depois de Jacy tentar escrever tudo de forma tradicional, em cartilha. “Eu fiz a cartilha normal com ilustrações, mas aí lembrei que todos falavam que matemática e história era chato. Então decidi fazer algo mais interativa”, explica Jacy.

No final do livro estão ainda propostas de atividades “para aprender brincando”. O livro é escrito em português e espanhol ou português e inglês, e já foi lançado no Panamá, Chile, Peru, Argentina, Pará, Rio Grande do Sul, Sergipe e na Biblioteca do Senado em Brasília. Em Cuiabá, infelizmente, Jacy não conseguiu lançá-lo, o que pretende fazer em 2015.

O sucesso de seu trabalho foi tanto, que ela foi convidada pelo Ministério do Turismo para apresentá-lo em Milão na maior Feira de Turismo do mundo. Para o futuro, a professora pretende fazer trabalhos semelhantes sobre Várzea Grande, Vila Bela, Pontes e Lacerda, Barra do Bugres e Cáceres.

O livro foi ilustrado por Ricardo Leite e custa em torno de R\$36. Jacy comenta que uma boa forma de uso seria deixá-lo também na rede hoteleira da capital, como informativo para os turistas.



Seminário de 21 anos da ACIR foi realizado em Cartucho – Médio Rio Negro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.09.2014

FOIRN – Comunicação

Oficinas, palestras e depoimentos de lideranças históricas do Movimento Indígena do Rio Negro marcaram o Seminário de Comemoração de 21 anos da Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (ACIR), em Cartucho – Médio Rio Negro entre 31 de agosto a 02 de setembro.

Mais de 130 pessoas de 13 comunidades indígenas do médio Rio Negro se reuniram para ouvir e conhecer a história de luta do movimento indígena no Rio Negro e especificamente da região do Médio Rio Negro.

Libório Diniz e Braz França, foram os palestrantes sobre o histórico do movimento. Dificuldades, ameaças, e desafios na época foram os principais destaques dos relatos. “Na época, os políticos diziam que estávamos invadindo território deles, e que devíamos voltar para São Gabriel da Cachoeira, por que aqui (Santa Isabel do Rio Negro), não existia mais índios” – lembra Libório.

O Braz em sua palestra disse que no início do Movimento Indígena no Médio Rio Negro as dificuldades eram grandes. “Tínhamos que enfrentar os garimpeiros que estavam invadindo a região. Por causa disso, éramos ameaçados. Levamos informações sobre os direitos que nós povos indígenas já tínhamos conquistados na Constituição Federal de 1988. Tudo era novo, ninguém sabia. Para fortalecer a nossa luta pensamos que seria muito importante criar uma associação na região, assim, criamos a CACIR (Conselho de Articulação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas), que mais tarde, se tornou a ACIR.

“Na época, os políticos daqui (Santa Isabel do Rio Negro), diziam que estávamos invadindo município de- les, e que deveríamos voltar para São Gabriel da Cacho- eira, por que aqui, não existia mais índios” – lembra o Libório. “É muito importante aos mais jovens conhecerem o histórico de luta e conhecer as conquistas, pois, assim, continuaremos nos fortalecendo” – comentou Marivelton Rodriguês Barroso, Diretor da FOIRN mediador das palestras.

Houve também uma oficina sobre o entendimento sobre os “termos” usados na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Os trabalhos foram coordenadas pelo cursista Vamberto Plácido, de Cartucho. O trabalho realizado faz parte de atividades de campo dos participantes do Curso Básico em PNGATI, realizado pela FOIRN em parceria com ISA e apoio do PDPI. Os resultados dos grupos de trabalhos organizados na oficina, serão apresentando pelo cursista no terceiro módulo do curso, previsto para novembro.

O evento encerrou com a festa de comemoração de 21 anos, que teve como atração principal o II Festival da Dança da Mandioca (Maniaka Murasy).



OAB/RO responde consulta feita por Juiz Eleitoral sobre aspectos constitucionais-eleitorais em defesa dos Povos Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.09.2014

A Comissão de Estudos Constitucionais da Seccional Rondoniense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RO) respondeu à consulta feita por um dos magistrados do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE/RO)

A questão originou-se com uma Representação promovida pelo Ministério Público Eleitoral, tendo como objeto revogar dispositivo do Provimento n. 02/2007, que "Aprova o Manual de Procedimentos dos Cartórios Eleitorais desta Circunscrição Eleitoral", especificamente o item 24.29, que impôs aplicação aos indígenas integrados, do sexo masculino, as exigências legais para o alistamento eleitoral, atuada sob o número 3029.2014.622.0000 (TRE/RO).

Para uma melhor compreensão do caso, o Juiz Eleitoral Dr. Delson Fernando Barcellos Xavier encaminhou a consulta à OAB/RO, por meio da Comissão de Estudos Constitucionais, para que respondesse à consulta feita com relação à constitucionalidade (1) da diferenciação dos indígenas quanto aos graus de "integração" e (2) da obrigatoriedade do serviço militar para os indígenas.

No parecer, a Comissão de Estudos Constitucionais, por seu presidente, Vinicius Valentin Raduan Miguel, arguiu-se que estaríamos diante de uma não recepção do Estatuto do Índio, que é de 1973, pela Lei Fundamental, de 1988, mormente no tocante aos princípios gerais da não discriminação e o princípio do reconhecimento da organização social dos indígenas.

Aduziu-se que há uma total desarmonia entre as normas constitucionais subsequentes e o Estatuto do Índio: inicialmente, a legislação infraconstitucional impunha uma noção de "integração", descrita no art. 1º da lei, que nada mais era do que o forçado apagamento das culturas e práticas sociais indígenas, diante do novo primado constitucional e internacional de proteção e de respeito à diversidade étnica e organizacional, designado como o princípio da proteção da identidade (conforme Gilmar Mendes) ou da singularidade étnica (José Afonso da Silva).

Também, no opinativo jurídico, Vinicius Valentin Raduan Miguel indicou que a Constituição Federal fez uma opção pelo modelo democrático pluralista e representativo, como expressado no seu art. 1º, V. Assim, apoiando-se em Norberto Bobbio, apontou que "falar-se em democracia, acrescida da debatida regra do pluralismo, implica na política do reconhecimento da diversidade e nos arranjos institucionais necessários para viabilizar a não-exclusão e não segregação de grupos minoritários ou diversos em termos de identidade".

Ainda, fundamentou-se que estar-se-ia violando a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada pelo Decreto Legislativo n. 143, de 20 de junho de 2002 e promulgada pelo Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. "Seria conceber um direito

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

(de não servir obrigatoriamente) que é empregado para negar outro direito (aquele de candidatar-se e ser eleito)”.

Em conclusão, a Comissão de Estudos Constitucionais aponta que a “diferenciação contida no Estatuto do Índio é inconstitucional, não tendo sido recepcionada pela CF/88, colidindo em razão da percepção etnocêntrica da primeira contra a noção multicultural e pluralista da última” e que a “diferenciação em graus de integração e, conjuntamente, a obrigatoriedade do serviço militar, violam frontalmente a Convenção 169, da OIT”, sendo, por isso, inconstitucionais.

Espera-se que o posicionamento da OAB/RO já encaminhado ao TRE/RO sirva para subsidiar o debate no âmbito da Corte Eleitoral.

Confira o parecer na íntegra.

<http://racismoambiental.net.br/wp-content/uploads/2014/09/Parecer-002-2014-Indigenas.pdf>



Presidente da Funai deixa o cargo em meio a disputa do órgão com o Ministério da Justiça

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.09.2014

Maria Augusta Assirati vai morar em Portugal, onde fará um curso de doutorado

Demétrio Weber – O Globo

BRASÍLIA — A presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, deixará o cargo na semana que vem. Ela vai morar em Portugal, onde fará um curso de doutorado numa instituição de ensino portuguesa. Maria Augusta, que é advogada, está à frente da Funai desde junho de 2013, sempre em caráter interino. Antes ela foi diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai.

A saída de Maria Augusta ocorre num momento de tensão entre o órgão, enfraquecido no governo da presidente Dilma Rousseff, e o Ministério da Justiça. Na semana passada, Maria Augusta deixou de ir a Nova York, onde representaria o governo na Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas no âmbito das Nações Unidas (ONU), um dos eventos paralelos à Assembleia-Geral da ONU.

A autorização para a presidente da Funai viajar a Nova York chegou a ser publicada no Diário Oficial, como de praxe, assinada pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo – a quem a Funai está subordinada. Maria Augusta desistiu de ir, contudo, ao saber que Cardozo a substituiria na Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, como acabou ocorrendo.

Além de divergências envolvendo a construção de hidrelétricas, estradas e ferrovias em terras indígenas, a Funai briga dentro do governo para realizar uma de suas tarefas primordiais: a demarcação de terras indígenas. A ordem do governo, porém, é brecar esses procedimentos.

Em maio, a Justiça Federal no Rio Grande do Sul concedeu liminar determinando à Funai que desse andamento a um processo de identificação e delimitação de uma possível área de índios kaingang, no município de Mato Castelhano. A Justiça chegou a dar prazo de até 60 dias, estabelecendo multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento da ordem, a fim de que a Funai tomasse uma decisão, qualquer que fosse ela.

A Funai recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4), mas o recurso foi rejeitado em julho. De acordo com o TRF-4, a cobrança da multa dependerá da sentença do juiz de primeira instância. O processo está pronto para decisão desde a última segunda-feira. A Funai seria favorável à aprovação do relatório circunstanciado, mas estaria impedida de aprová-lo por determinação do governo.

Um relatório divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) neste ano, com dados até 2013, afirma que o governo Dilma foi o que menos homologou terras indígenas. Segundo o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

levantamento, intitulado “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, a média anual do governo Dilma, entre 2011 e 2013, foi de 3,6 homologações. A média de seus antecessores ficou em 56, no governo de Fernando Collor de Mello; 18, no de Fernando Henrique Cardoso; 13, no de José Sarney; 10, no de Luiz Inácio Lula da Silva; e 9, no de Itamar Franco.

Procurada, a assessoria de Comunicação da Funai limitou-se a afirmar que Maria Augusta não compareceu ao evento da ONU em Nova York por “problema pessoal”.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ana Beatriz Lisboa.

Do Maranhão: Um manifesto ao povo brasileiro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.09.2014



Vias de Fato

Fome, violência, desemprego, tráfico de drogas, analfabetismo, despejo, pistolagem, insegurança, racismo estatal, mortalidade infantil, sucateamento das escolas públicas, hospitais que mais parecem praças de guerra, trabalho escravo e precarizado, corrupção, desastre ecológico! Tudo isto faz parte da rotina do Maranhão, que vive hoje várias situações de barbárie e de absoluto desrespeito aos direitos fundamentais das pessoas.

Entre os anos de 2000 e 2012, o Maranhão foi o estado brasileiro onde mais cresceu o número de assassinatos. Neste período, o aumento foi de alarmantes 408%! Desse total de mortos, 85% foram de negros. Entre 2003 e 2013, para cada quatro bolsas família distribuídas aqui, foi gerado apenas um novo emprego! Esta relação entre geração de emprego e bolsa representa apenas 20% da média nacional. Além disso, somos o estado que mais recebe estas bolsas, com quase 60% das famílias que vivem no Maranhão sendo atendidas pelo Programa. Não é por acaso que hoje temos um milhão e meio de maranhenses vivendo fora, num exílio, em busca de trabalho. No Brasil, ninguém migra mais de sua terra que os maranhenses.

CONT.



Toda esta situação de miséria, sofrimento e dependência faz parte de uma crise que passa pela profunda desigualdade social, concentração de renda e de terras e depravação do poder público em conluio com grandes corporações. Faz parte do cotidiano de um estado que há décadas vive submetido ao domínio de uma estrutura oligárquica e de uma economia predadora. Por isso, o Maranhão é vítima desses mais diferentes flagelos, tendo os piores indicadores sociais do Brasil.

No início deste ano, o mundo inteiro ficou chocado com os problemas oriundos da Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís. Esta é uma das consequências do que estamos falando. Pedrinhas, a catástrofe, é um reflexo dessa crise maior! Sendo assim, é lógico que o Maranhão precisa de mudanças! Porém, é impossível falar em mudar esta trágica realidade, sem tratar de duas questões:

1º – O modelo de desenvolvimento econômico.

2º – A democratização do Estado.

Economia assassina

Um dos principais problemas do Maranhão, responsável por várias de nossas misérias, são os grandes empreendimentos empresariais (os chamados grandes projetos) implantados em nossa terra, ganhando bilhões, explorando trabalhadores, destruindo riquezas naturais e produzindo inúmeros impactos negativos.

O maior exemplo é o Programa Grande Carajás, que há mais de 30 anos tem como principal agente a empresa Vale, ligada à exploração de minério na serra de Carajás. Dona do Porto de Ponta da Madeira, na ilha de São Luís, e da Estrada de Ferro Carajás, essa empresa passa com o seu gigantesco trem pelo Maranhão, carregando “ouro em pó”, gerando uma quantidade insignificante de empregos (se comparado aos lucros obtidos), atuando com isenção fiscal, matando pessoas e animais, provocando devastação ambiental e todo tipo de poluição, agredindo culturas tradicionais e agindo em sintonia com a expansão do latifúndio, da grilagem, do trabalho escravo e da extração ilegal de madeira, com destaque para terras indígenas e unidades de conservação.

Um exemplo específico de desastre social provocado pela Vale e por empresas a ela ligadas é o povoado de Piquiá de Baixo, em Açailândia. Sufocados pela poluição de usinas de produção de ferro gusa, os moradores, há mais de uma década, cobram das empresas e do poder público sua remoção para outro lugar. A solução do problema é sempre adiada, constituindo-se em caso emblemático no Brasil de racismo ambiental e de violência absurda e silenciada, resultante de décadas de convivência dos agentes públicos com o modelo econômico.

Empresas como Alumar, Suzano Papel e Celulose, Eneva (Termelétrica Porto do Itaqui), além de grandes projetos de monocultivos, pecuária extensiva, carvoaria, turismo, pesca predatória, exploração de gás natural e petróleo, são outros exemplos desses enormes empreendimentos que, no geral, prejudicam os maranhenses, na medida em que intensificam o histórico desrespeito a direitos trabalhistas, estão vinculadas ao poder descontrolado do capital e aproveitam-se da fragilidade e cumplicidade dos órgãos de fiscalização.

CONT.



Outra calamidade, fruto deste modelo econômico, é a questão fundiária. Entre todos os estados brasileiros, o Maranhão é um dos que tem a maior concentração de terras e o maior número de conflitos e assassinatos no campo. O latifúndio avança a partir de fraudes de documentos, feitas com a conivência de cartórios e autoridades públicas. Tudo para legalizar a grilagem, o roubo das terras, feito por empresas e fazendeiros.

E hoje, quando se trata deste problema, estamos falando também de soja, cana de açúcar, eucalipto, enfim, do agronegócio, que entre várias consequências, além de mortes e conflitos, provoca êxodo rural, aumento do custo da terra, inchaço das cidades, violência urbana e a ausência de uma produção agrícola voltada para a produção de alimentos mais baratos e saudáveis, através da agricultura familiar. Como resultado, hoje o Maranhão importa arroz até do Vietnã, quando já foi, há algumas décadas, um dos maiores produtores do Brasil!

A solução passa pela reforma agrária, pela titulação de territórios quilombolas e de comunidades tradicionais e demarcação de terras indígenas, bem como pelo reconhecimento da legitimidade da existência destes grupos sociais com organização cultural diferenciada, com proteção dos seus territórios. No caso dos municípios próximos a terras indígenas, é preciso repensar a economia destas regiões, que vivem submetidas a madeireiros (que em alguns casos são deputados, prefeitos e secretários de estado) e outros criminosos que exploram a floresta e seus povos. Isso faz parte de uma mudança maior, que implica, também, em repensar de forma mais ampla e profunda todo o modelo econômico implementado hoje no Maranhão.

Um Estado que age contra a sociedade

O Brasil inteiro sabe que o Maranhão vem sendo dominado por uma estrutura oligárquica. Uma estrutura herdada, reestruturada e comandada pelo hoje decadente senador José Sarney (PMDB-AP), sendo avalista do nefasto modelo de desenvolvimento econômico, especialmente dos exploradores do minério e dos latifundiários-grileiros. Além disso, na prática, esta oligarquia também degenera e inviabiliza, consideravelmente, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, além de setores do Ministério Público. Hoje, além do velho patrimonialismo, nossas instituições estão submetidas ao crime organizado, máfias, gangues de agiotas.

O modelo de desenvolvimento e o Estado oligárquico, unidos, geram mazelas como, por exemplo, as liminares de despejo contra camponeses. Trata-se de uma rotina no Maranhão! Iniciativas de membros do Judiciário, associados ao Poder Executivo estadual, com conivência e/ou omissão do Legislativo, permitem que pistoleiros e policiais militares destruam moradias e plantações, matem, prendam, deixem famílias desabrigadas e, em grande parte dos casos, sem ao menos o direito de registrar ocorrências em delegacias de polícia. Essas iniciativas favorecem os mesmos que cometem as fraudes nos cartórios.

Outra forma de violência é o abandono da educação escolar, pois esse mesmo Estado oferece um serviço público que vai além da inoperância, prevalecendo um ambiente brutal. Hoje, quando se lança este manifesto, várias escolas estão simplesmente fechadas, entregues a "reformas", em pleno ano letivo. E quando têm aulas, professores e alunos ficam vulneráveis a ação do tráfico de drogas, a ponto de estudantes adolescentes – as maiores vítimas deste

CONT.



processo – entrarem com armas de fogo nos colégios! Os índices oficiais revelam os resultados do abandono.

Além disso, faltam políticas específicas voltadas para a educação no campo. Já as escolas indígenas padecem de precariedades ainda maiores, pois, desde 1999, o governo estadual não reconheceu a legislação federal e não criou as categorias de escola e professor indígenas, dessa forma, as escolas não existem de direito e muitas não têm condições de funcionar.

Nos municípios e regiões do interior do Maranhão, os serviços públicos são precários e sem qualidade, a fiscalização é ineficiente e o cidadão desprotegido. Faltam núcleos da Defensoria Pública, promotores públicos, varas judiciárias que possam lidar minimamente com os diferentes conflitos. Uma das consequências é a impunidade de latifundiários, pistoleiros e grileiros, ao mesmo tempo em que ocorre a criminalização de lideranças e da própria sociedade civil organizada como um todo, quando essa critica o papel do Estado, sua presença seletiva ou sua cumplicidade com poderes escusos. Também podemos destacar a permanente vulnerabilidade de mulheres, crianças e idosos, sujeitos às mais variadas formas de violência.

A dívida pública do Maranhão é de 7,9 bilhões, o que corresponde a mais de 55% do orçamento anual do Estado, que é de 14 bilhões. Essa dívida, que em tese foi feita para que houvesse mais investimentos junto à população, passa na verdade pelo financiamento de campanhas eleitorais, inclusive de muitos dos que hoje se colocam no papel de dissidentes da oligarquia. Sendo assim, seria fundamental uma auditoria sobre este débito. Temos o direito de saber a origem desse rombo e de como todo este dinheiro foi gasto.

Diante destes antigos problemas, o debate público é prejudicado, pois a concentração dos meios de comunicação, no Maranhão, também é a maior do Brasil. Os tradicionais veículos estão nas mãos da oligarquia e/ou são sustentados com dinheiro público, em mais uma atividade marcada pela ilegalidade, envolvendo agências de publicidade que transitam pelos grupos políticos mais fortes, num ambiente onde não existe qualquer transparência.

Este ano, o senador José Sarney está encerrando a sua carreira parlamentar, derrotado pela opinião pública e por seus próprios erros. Porém, esta estrutura ficará intacta. Até um museu, montado a partir de sucessivas ilegalidades e sustentado pelo Estado, estará mantido no Centro Histórico de São Luís, dentro do antigo Convento das Mercês, como um culto à personalidade do oligarca.

Desmontar e superar toda esta estrutura, continuará sendo um dos desafios da sociedade maranhense, para os anos vindouros. A mudança que precisamos não pode se restringir a nomes, discursos ou grupos políticos. A estrutura oligárquica somente deixará de se reproduzir se outras práticas, compromissos, prioridades forem implementados e se o modelo de desenvolvimento for confrontado.

A nossa agenda

Estes são alguns pontos que estamos levantando, sem a mínima pretensão de esgotar esta discussão e com o desejo de ampliá-la. Queremos também – num ano de eleições gerais –

CONT.



colocar na agenda pública questões que normalmente, salve honrosas exceções, têm ficado fora dos assuntos tratados nas sucessivas disputas político/partidárias, ocorridas em nosso estado.

A partir da conjuntura brasileira do biênio 2013/2014, marcada pelas manifestações de rua em todas as regiões do país e por movimentos locais de resistência e luta, queremos agir e refletir, mais profundamente, sobre estas questões maranhenses, sem estar submetidos a interesses meramente eleitorais.

Para mudar esta nossa realidade é fundamental organização social, formação, articulação de diferentes lutas, mobilização e ampla participação popular. Se, no Brasil, muitos falam em uma crise de representação, no Maranhão, esta representação praticamente faliu. A “nossa” classe política, com raras exceções, não é servidora pública, mas sim um bando, atuando para saquear o Estado.

Neste cenário, o nosso papel, o papel da sociedade, é de exigir que o Estado seja orientado pelos interesses na maioria da população, que coincide com aquela parcela majoritária e mais vulnerável em todos os aspectos. Além disso, temos que ampliar e continuar a fazer o enfrentamento a esse modelo de desenvolvimento predador, imposto pelo poder econômico e político. Um modelo que enxerga tradicionais modos de vida, ambientes, territórios, grupos sociais e modos de produção como obstáculos ao desenvolvimento. Seguiremos na resistência! Continuaremos a nos opor a esta noção de progresso e modernidade.

Para tanto, nossa agenda se pauta por:

- 1) Reforma agrária e urbana; regularização fundiária de terras indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e de comunidades urbanas; combate à especulação imobiliária; fim dos despejos no campo e na cidade.
- 2) Priorização da agricultura familiar e camponesa, da economia de extrativismo de povos e populações tradicionais, da economia solidária e da pequena produção; respeito, proteção e reconhecimento dos povos e populações tradicionais e de seus modos de vida por parte do Estado, com políticas que imponham limites para que as grandes corporações e o agronegócio não avance de forma predadora como tem ocorrido sob a proteção do aparato estatal em suas mais variadas formas de atuação (isenções fiscais, aparato repressivo etc.); regularização das áreas de proteção ambiental já criadas no Estado, com proteção às populações nela inseridas de acordo com a Legislação específica, como é o caso das reservas extrativistas criadas; remoção imediata dos empecilhos colocados pelo Governo do Estado para criação de novas áreas, que apenas aguardam o assentimento do Governo do Estado, como é o caso da Reserva Extrativista do Tauá-Mirim.
- 3) Efetiva fiscalização trabalhista e ambiental; geração de emprego e renda; combate efetivo ao trabalho escravo em suas várias modalidades.
- 4) Efetivação de sistema de saúde público e de qualidade; ampliação do atendimento; respeito às tradições e formas populares de enfrentamento a problemas de saúde; combate à

CONT.



monetarização e privatização da saúde, que não deve ser objeto de favorecimentos de máfias, aparelhamentos e barganhas políticas.

5) Melhoria da qualidade de ensino; combate ao favorecimento, aparelhamento e barganhas políticas das escolas; reforma e democratização do ensino público, com eleições diretas para cargos de direção nas escolas; construção e melhoria de escolas no campo e na cidade; respeito às especificidades de comunidades tradicionais, povos indígenas e camponeses, garantindo sua participação na elaboração de políticas educacionais. Efetiva priorização da Educação, abrangendo, ainda, a valorização do trabalhador da Educação (técnicos, docentes e todos os profissionais que trabalham na área).

6) Combate à violência urbana e rural; humanização e não privatização do sistema penitenciário; controle social da estrutura de repressão do estado; fim do extermínio de jovens negros e pobres; combate à impunidade; respeito ao direito de culto, em especial com relação às religiões de matriz afrobrasileira; combate à violência contra a mulher, crianças, idosos, homoafetivos; fim do racismo institucional.

7) Implementação de instrumentos de transparência dos serviços públicos; combate à corrupção; controle social das várias instâncias do Estado.

8) Democratização ao acesso de bens culturais; transparência na destinação de recursos para as manifestações culturais, fim da privatização de festas tradicionais e populares, fim do aparelhamento político das manifestações lúdicas.

9) Combate ao desmatamento e às práticas de madeireiros; regularização e fiscalização de unidade de conservação, respeitando os direitos de povos e populações tradicionais; combate à poluição; conservação dos biomas maranhenses (cerrado, campos alagados, floresta amazônica, florestas de babaquais, caatinga, manguezais); preservação dos rios e da qualidade da água; fim da corrupção na liberação de licenças, alvarás e permissões nos órgãos ambientais; construção de instrumentos efetivos de participação nos processos decisórios relativos ao meio ambiente; efetiva estruturação econômica e técnica dos órgãos estatais de regulação e fiscalização ambiental.

10) Apuração rigorosa e punição aos mandantes e executores de assassinatos dos camponeses, indígenas e quilombolas, como foram os assassinatos emblemáticos das lideranças do campo Flaviano, Brechó, Cabeça, dentre outros, que seguem sem qualquer resposta dos órgãos do estado que, em tese, deveriam tratar com igualdade todos os casos de violência contra cidadãos maranhenses.

Por fim, queremos reafirmar a nossa convicção de que a rua, a praça pública, os protestos e as diferentes formas de ocupação, estão entre os melhores espaços e iniciativas para exigir, reivindicar e travar a luta política. Assim como em todo o Brasil, passa por aí o caminho para as nossas futuras conquistas sociais.

São Luís (MA), setembro de 2014.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA)
Cáritas Brasileira Regional Maranhão
Conselho Indigenista Missionário (CIMI-MA)
Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Jornal Vias de Fato
Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM)
Fóruns e Redes de Defesa dos Direitos da Cidadania
CSP Conlutas – Central Sindical Popular
Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Costeiras Marinhas (CONFREM)
Centro de Apoio e Pesquisa a Pescadores Artesanais do Maranhão (CAPPAM).
Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU do Maranhão (SINTRAJUFE/MA).
Grupo de estudos Lida/UEMA – Luta Sociais Igualde e Diversidades
Coordenação Regional da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) – Região 1
RUA – Juventude Anticapitalista (Imperatriz)
UC – Unidade Classista – Imperatriz-MA
Centro Acadêmico de Serviço Social – UFMA
Centro Acadêmico de Geografia da UFMA Gestão “Refazendo Caminhos”
Assentamento Viva Deus – Estrada do Arroz – Imperatriz-MA
Movimento de Resgate do Grande Santa Rita – Imperatriz-MA
Sindicato de Pescadores e Pescadoras do município de Icatu
Cooperativa de pescadores artesanais do município de Carutapera
Sindicato de Pescadores de Cururupu
Associação das comunidades da reserva extrativista de Cururupu

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Patira Ferreira.



Projeto para índios e comunidades tradicionais seleciona instituição

SÍTIO JORNAL BRASIL, 26.09.2014

O processo de seleção da agência executora nacional, que irá gerir o projeto Mecanismo de Doação Dedicada para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Brasil (DGM-Brasil), ganhou novo prazo. As instituições interessadas podem enviar as propostas até 3 de outubro para o e-mail brasildgm@gmail.com.

O DGM-Brasil, desenvolvido pelo Programa de Investimentos Florestais (FIP), tem como objetivo financiar ações visando reduzir os processos de desmatamento e degradação florestal em países tropicais. O projeto está sendo estabelecido para apoiar a participação dos povos indígenas e comunidades locais no desenvolvimento das estratégias de investimento, programas e projetos do FIP, além de promover modos de vida sustentáveis e adaptativos.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é parceiro do Banco Mundial nesta iniciativa, juntamente com a Fundação Nacional do Índio (Funai). A instituição selecionada atuará como secretariado do Comitê Gestor do Projeto.

A proposta da instituição interessada deve conter descrição das atividades já realizadas, apresentação da metodologia de trabalho e a lista e currículos de profissionais por área de especialização. A comissão de avaliação analisará as propostas recebidas dentro do prazo com base na adequação aos termos de referência.

A instituição que tiver maior pontuação, entre os critérios de experiência, metodologia de trabalho, qualificações e competências da equipe, será convidada para as negociações e apresentação de proposta financeira. O Banco Mundial assinará um acordo de doação com a instituição selecionada.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente



Boletim Mundo:Governo Dilma propõe empresa privada com financiamento privado para saúde indígena
SÍTIO CIMI, 26.09.2014

A proposta de Projeto de Lei que autorizaria o Poder Executivo a criar o Serviço Social Autônomo denominado Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), empresa de direito privado, guarda no seu bojo muito mais que o tema "saúde". Dentre outros absurdos, chama a atenção o fato da possibilidade do Instituto ser financiado com recursos provenientes de "empresas".

A questão é extremamente grave. Com o INSI, a atenção à saúde indígena poderia receber, por exemplo, financiamento privado de empresas, muitas delas multinacionais, ligadas ao agronegócio (Cargil, Bunge, Singenta, Monsanto, New Holland, Massey Ferguson, BRF, JBS-Friboi), à mineração (Vale, Alcoa, Alunorte, CBMM, Namisa, Samarco), empreiteiras (Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Correa, Queiroz Galvão, Grupo OAS...), à geração de energia elétrica (Suez, CPFL, General Electric, Eletrobrás, Eletronorte), à indústria farmacêutica e cosméticos (Avon, Natura, Boehringer Ingelheim, Pfizer, Eli Lilly & Co., Novo Nordisk A/S, Novartis, Teuto, Neoquímica), dentre outras.

Cumprе lembrar que a proposição do INSI dá-se num contexto em que é desferido um ataque orquestrado e violento aos direitos dos povos indígenas no Brasil. Os objetivos deste ataque são, fundamentalmente, de impedir novas demarcações de terras e de invadir e explorar as terras já demarcadas, que estão na posse e sendo preservadas e usufruídas pelos povos. Como é sabido, os sujeitos político econômicos promotores deste ataque aos povos e seus direitos são, exatamente, indivíduos e empresas ligadas aos interesses financeiros do agronegócio, mineração, empreiteiras, dentre outras.

De acordo com o projeto de lei em questão, o INSI assumiria o monopólio das ações de atenção à saúde dos povos indígenas. Isso significa que praticamente todos os seus funcionários, aproximadamente 7 mil não indígenas, atuariam dentro das terras indígenas, junto às comunidades. O financiamento privado permitiria que os interesses das empresas financiadoras chegassem e fossem promovidos, cotidianamente, junto a milhares de indígenas país afora.

Isso certamente facilitaria e agilizaria a implementação de projetos de interesse dessas empresas e do próprio governo, tais como, arrendamentos de terras, exploração madeireira e minerária, construção de hidroelétricas, acesso e uso do conhecimento tradicional e recursos genéticos, dentre outros. Neste ponto, não custa lembrar do Projeto de Lei também proposto pelo Governo Dilma, que tramita em regime de urgência e tranca a pauta da Câmara Federal, e que propõe facilidades ao acesso e uso, por terceiros, dos conhecimentos tradicionais e recursos genéticos dos povos e terras indígenas no país.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

A jogada do governo Dilma é macabra e maquiavélica. Com o INSI, ao mesmo tempo em que se livraria da responsabilidade da atenção à saúde indígena, retirando de seu colo inclusive escândalos de corrupção que virem a acontecer, o governo cria um instrumento perfeito para substituir a destinação orçamentária pública por investimentos privados. É o caminho para a definitiva substituição do direito dos povos à saúde pública por mitigações resultantes da exploração de suas terras. Tudo o que o capital anseia.

Seria este o motivo do governo ter escondido este projeto de lei a sete chaves? Divulgada pelo Cimi no início de agosto, a proposta do INSI foi apresentada pelo governo aos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi) apenas por meio de imagens em Power Point. Em meio a denúncias de práticas de restrição ao debate, de ameaças e até tentativas de subornos, um belo exemplo de como não deve ser uma consulta de acordo com o preconizado pela Convenção 169 da OIT, ninguém teve acesso ao Projeto de Lei, muito embora ele estivesse pronto há bastante tempo. Além do escudeiro Antônio Alves, secretário Especial de Saúde Indígena, até mesmo o ministro da Saúde, Arthur Chioro, se prestou ao serviço de apresentar e defender a aprovação do INSI junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) há poucos dias, também sem disponibilizar aos Conselheiros a proposta do Projeto de Lei.

As tentativas de ludibriar membros do CNS, lideranças indígenas e entidades indigenistas continuaram nesta quinta-feira, 25. Por ocasião de oficina promovida pelo CNS para tratar do tema, o projeto de lei foi finalmente desentocado e apresentado. Novamente, porém, somente por meio de imagens. Convidados não tiveram acesso à versão impressa do referido projeto. Mais uma vez também se revelou a restrição e a aversão ao debate sobre o tema. Embora citado e atacado em várias ocasiões por posicionar-se contra a proposta, o Cimi não teve respeitado nem mesmo o direito a esclarecimentos.

Mais do que o aparelhamento do Estado e a privatização da atenção à saúde indígena, vai-se descobrindo que, com o INSI, o governo Dilma pretende destruir o cerne da resistência dos povos aos ataques que vem sofrendo e escancarar o processo de invasão e exploração de suas terras no Brasil.

Brasília, DF, 25 de setembro de 2014.

A notícia faz parte do Boletim O Mundo que nos Rodeia. Para recebê-lo ou enviar sugestões, basta enviar mensagem ao e-mail mundo@cimi.org.br

Cleber César Buzatto

Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário - Cimi

Licenciado em Filosofia



Grupos armados rondam famílias Kaiowá da aldeia Kurussu Ambá, indígenas temem novos ataques

SÍTIO CIMI, 26.09.2014

Os cantos e rezas de um grupo de indígenas Kaiowá ainda eram entoadas em frente ao prédio da Justiça Federal de Ponta Porã-MS, durante o andamento de audiência referente ao assassinato da liderança Nísio Gomes da aldeia Guaiviry, quando no cair da tarde de ontem, dia 25 de setembro, correu a notícia de que grupos armados foram vistos rondando as imediações de uma pequena sede de fazenda, retomada por algumas famílias de Kaiowá no território de Kurussu Ambá, em Coronel Sapucaia-MS, a não mais que 160 km dali.

A notícia fez surtir entre os indígenas que acompanhavam a audiência, efeitos de aguda preocupação e dor como se os mesmos se deparassem novamente com o fantasma da morte de Nísio. Com a dor ainda latente pelo ataque desleal que tirou a vida de sua liderança em 2011 e conhecendo de maneira orgânica o poder e os danos da articulação dos fazendeiros da região, os indígenas puseram-se a orar também por Kurussu Ambá, para que não aconteçam mais mortes na terra indígena que tem o maior índice de violência direta contra o povo Guarani e Kaiowá no MS por parte de ações deliberadas pelos fazendeiros.

Na tarde de segunda feira, dia 22, cerca de 50 famílias indígenas retomaram uma pequena parte do território ancestral de Kurussu Ambá, território tradicional do povo Kaiowá que com a paralisação dos procedimentos demarcatórios por parte do Governo Federal manteve-se na mão de fazendeiros enquanto os indígenas encontram-se confinados desde 2009 a uma pequena extensão de mato que faz divisa com uma fazenda denominada de Auxiliadora. Os Kaiowá reivindicam espaço para plantar e melhorar minimamente sua condição de vida já que encontram-se em estado de extrema vulnerabilidade amplamente divulgada e de conhecimento público, onde a fome atinge constantemente proporções desumanas denunciadas sobretudo por organizações internacionais de direitos humanos.

Durante a retomada de alguns espaços de lavoura por parte dos indígenas, houveram problemas com um arrendatário local, que ao descumprir um acordo pactuado junto a Funai e os indígenas, adentrou espaço onde se encontravam as famílias Kaiowá pressionando-as. A partir deste momento os indígenas decidiram ocupar uma pequena sede de fazenda que se vizinha das áreas de plantio e estava ocupada pelo arrendatário.

Para entender melhor a situação em Kurussu Ambá: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7739>.

Em resposta a busca dos indígenas pelos seus direitos fundamentais, fazendeiros locais e alguns grupos de pessoas externas, provavelmente “seguranças” contratados pelos fazendeiros, começaram a ser vistos pelos indígenas rondando a área e concentrando-se em grande número, trazidos por veículos que iam e vinham pelas estradas, para uma fazenda, que

CONT.



segundo informação dos indígenas fica a aproximadamente 1000 metros a frente da sede ocupada pelas famílias Kaiowá. Logo, o medo mais profundo dos indígenas se confirmou, quando os mesmos passaram a avistar ainda em plena luz do dia, que da fazenda, onde estão concentradas as pessoas que foram transportadas pelas caminhonetes, começaram a sair grupos visivelmente armados que passaram a realizar diversas movimentações no local.

Os Kaiowá, ainda no dia de ontem, estabeleceram contato com o Ministério Público Federal de Ponta Porã, cujo procurador encontrava-se presente na audiência referente ao caso de Nísio Gomes. De lá mesmo a Juíza Federal que acompanhava as oitivas concedeu autorização para que os destacamentos da Polícia Federal que se encontravam fazendo a segurança da audiência pudessem se deslocar ainda naquela mesma noite até Kurussu Ambá. Desde então não foi possível estabelecer novo contato com os indígenas para ter retorno do que ocorreu entre a noite de ontem e a manhã de hoje devido a dificuldade de comunicação existente na região

Por estarem em uma área de fronteira com poucas possibilidades de comunicação, a situação de monitoramento por parte da Polícia Federal ou Força Nacional se faz emergencial e imediata.

A violência organizada e anti-indígena voltou a bater na porta de Kurussu Ambá dando indícios claros de que se nenhuma providência for tomada urgentemente pelos órgãos responsáveis ocorrerá mais uma de tantas tragédias anunciadas que tem assolado a vida dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Desde 2007, já foram mais de dez assassinatos durante processos anteriores de tentativa de retomada desta mesma terra tradicional. Nos mais relevantes, três lideranças foram executadas deliberadamente, inclusive Xurite Lopes, importante rezadora com mais de 70 anos.

Durante o ano passado, ficaram escancarados os bastidores de uma pesada e profunda articulação dos ruralistas para acabar na marra com os procedimentos demarcatórios, os direitos constitucionais dos povos originários e promover uma onda de extermínio físico a lideranças e comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul. O ápice desta organização criminosa se deu com a realização dos denominados "leilões da resistência", onde abertamente fazendeiros realizaram leilões de venda de gado para arrecadar fundos para articulação e armamento de milícias anti-indígenas.

Em outros casos, como o da liderança Nísio Gomes fica explícita a participação de empresas de segurança contratada pelos ruralistas na sua execução.

A história se repete sistematicamente e enquanto as demarcações seguem paralisadas. No caso de Kurussu Ambá, os indígenas estão entre duas espécies de mortes anunciadas. De um lado a violência direta dos fazendeiros, de outro, abdicar de seu direito a terra e a vida digna e retornar para a situação que vem causando a mortalidade de muitas de suas crianças e velhos.

O Cimi, contatado na noite de ontem por membros das famílias que se encontram em Kurussu Ambá reafirma sua solidariedade com os povos indígenas repudiando e denunciando as práticas de extermínio e genocídio realizadas abertamente contra o povo Guarani e Kaiowá. Os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2014

Brasília, 26 de setembro de 2014.

povos indígenas exigem que providências sejam tomadas imediatamente e os direitos das famílias que se encontram em Kurussu Ambá à vida digna e as mínimas condições humanas sejam garantidos. Caso contrário, o histórico recente de violência contra os povos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul faz crer que estamos novamente frente a uma nova e drástica situação de assassinatos anunciados.